

Reunião da Comissão Técnica – PDUI - RMSP

Data: 24 de novembro de 2016

Ver Lista de Presença

Pauta

- 1. Caderno Preliminar de Propostas – comparação de textos**
- 2. Sistema de Informações Metropolitanas**

1. Caderno Preliminar de Propostas

Fernando Chucre (Emplasa) abriu a reunião comentando que os assuntos principais são as propostas (contribuições) da Emplasa e do Grupo de "G3" (PMSP, PMG e Consórcio do ABC). Esclareceu que o texto da PMSP, Consórcio e PMG era o mais estruturado e, portanto, foi apresentado para discussão da Comissão. Os conceitos foram se consolidando entre esses parceiros e ficando mais claras as convergências e divergências. A Emplasa apresentou sua contribuição ao debate consolidada igualmente em texto. A pauta do dia busca fazer algumas comparações que são registros diferentes sobre o mesmo assunto.

Joaquim (PMSP) acha que não temos massa crítica para fazer essa discussão.

Plínio (PM de Guarulhos) não vê problema de se analisar os destaques. Não há necessidade de se detalhar neste momento. O importante é no dia 7 de dezembro, data da reunião do CDRMSP, estarmos com as análises feitas.

Encaminhamento a ser dado:

Apresentar no dia 7 o balanço dos trabalhos do PDUI até o presente momento. Apresentar os consensos e dissensos. O importante é ter um registro único. Então, nesta reunião, passamos rapidamente e o documento será enviado para posterior devolução (antes do dia 7 de Dezembro).

Neto (Emplasa) apresenta o quadro comparativo preparado pela Emplasa e algumas dúvidas são levantadas, inclusive divergências quanto às anotações, segundo Carlos, representante do CIOESTE. Carolina (PMSP) diz que o "problema" é que o texto da Emplasa é a referência e não o contrário.

No que diz respeito aos objetivos, não há divergência. Em relação às diretrizes, o texto do Grupo de Prefeituras (G3) apresenta um detalhamento chamado de diretrizes específicas. Já o texto da Emplasa não o faz. É mais genérico, por opção. Em relação aos 4 eixos, não há divergência. Apenas no caso da Governança a Emplasa não faz destaque, pois considera o tema como transversal a todos os demais eixos. Em relação a esse tema, especificamente, o texto da Emplasa faz uma descrição geral da governança vigente. O texto do "G3" fala de necessidade de revisão do modelo institucional vigente. Há também a questão da instância participativa e sua composição, bem como a criação de agência técnica.

A discussão sobre o que será a governança, ainda vai acontecer. No momento, a ideia é registrar o que foi proposto e observar que o consenso não é total. Tanto a formulação quanto a implantação do PDUI estão fortemente baseadas em uma governança existente.

Há consenso de que serão dois projetos de Lei, um que tratará do Plano propriamente e outro de Governança. Carolina diz que no entanto, eles devem caminhar juntos. Não importa a forma desse encaminhamento. Repetindo, é importante registrar as duas posições.

Quanto aos instrumentos, o texto da Emplasa não é extenso, pois eles são conhecidos e ainda se aguarda opinião dos setoriais do Estado. Não há divergências com as propostas, pois estas contemplam os instrumentos já existentes. Podemos incorporar os instrumentos descritos no texto do "G3"? Carolina diz que sim, os instrumentos são os mesmos, mas os títulos são diferentes: Ex. "Instrumentos de Planejamento e Concertação". A rigor, tudo vai passar por debate.

Saulo (STM) quer entender melhor a lógica do texto. Eloisa (Emplasa) explica que a lógica é a mesma dos textos originais. Neto reforça o que já foi dito de que tudo que não está em vermelho é porque são ideias complementares e podem ser agregadas.

Plínio comenta que há instrumentos que na dimensão metropolitana carecem de mais qualificação. Eloisa diz que os instrumentos adotados pelos municípios são reguladores, os do PDUI nem sempre o serão. Essa é uma consideração escalar que deve ser observada. Carolina acha que começamos a entrar em texto onde fica mais claro se estamos falando das mesmas coisas. Ainda não é uma AIM (área de intervenção metropolitana). As AIM são vistas como sendo o zoneamento não mais de atribuição municipal. Eloisa completa dizendo que no estágio em que estamos, ainda é estágio de análise. Dada a escala de atuação do PDUI, do ponto de vista urbanístico e da atuação interfederativa, esta se dará sobre aquilo que se definiu com ZI, AISs. Portanto, ainda estamos falando em tese. Quais instrumentos possíveis e pertinentes à escala do PDUI? Carolina diz que a aplicabilidade da ação metropolitana é consenso. O PDUI não é apenas diretivo. Ele indica questões concretas. Não podemos tirar coisas do texto, pois ele fica desidratado e do ponto de vista do interesse público é importante que se coloque tudo.

Neto diz que, no retorno, precisam ser melhor explicitados os elementos envolvendo governança. Áurea (Emplasa) diz que há uma questão além do fato do estatuto da metrópole dizer dos instrumentos; não quer dizer que se possa usá-los todos. Se são instrumentos de regulação do uso do solo, por exemplo, não poderiam, pois cabe aos municípios legislar sobre esse assunto. Hoje temos que resolver não apenas dissensos em nível técnico, mas temos questões políticas e legais que temos que considerar. Ainda vamos colocar mais elementos que devemos considerar em 2017. Estamos avançando em termos de conceitos nas AIMs.

Macrozoneamento: Avançou-se nessa discussão, mas ainda não se concluiu. Hoje, temos 6 macrozonas propostas. O documento do "G3" coloca 4 macrozonas mas em uma delas, incorpora duas macrozonas. Todos estão participando do GT de macrozoneamento. Carolina disse que solicitaram dados à Emplasa desde junho/16 e até hoje não receberam. Não há reciprocidade nesse trabalho. Queriam desenvolver as hipóteses com os macro dados, mas não conseguiram, segundo ela. Assim, não dá para dizer que o macrozoneamento é uma esfera de trabalho conjunto. Zoraide (Emplasa) diz que não vê divergência entre as propostas. O GT subdividiu mais. Partiu-se de dois compartimentos.

Áreas de recuperação ambiental e área ambiental. Decidiu-se que as áreas já legisladas se enquadram. E as propostas de rede?

A proposta da Emplasa separou para efeito de análises, mas é a mesma coisa. As redes e sistemas são esqueletos da estrutura toda e as macrozonas, não. Elas podem estar imbricadas, mas a natureza é distinta.

Carolina diz que a questão central para que todos possam olhar é entender essas redes como algo dado ou previsto e as macrozonas tencionarem como o indicação do futuro. O conceito do macrozoneamento não pinta tudo. Ele tem vazios e isso até partiu da Emplasa: não devemos pintar tudo. As macrozonas são relativas às FPICs. O resto é municipal.

O que é local e o que não é de exclusivo interesse local?

Zoraide (Emplasa) vê dificuldade de expressar isso. O território de interesse metropolitano seria inteiro. Neto diz que achava que essa discussão já havia sido superada. Esse é um ponto de divergência para se fazer as devidas comparações e devolver isso de forma mais acabada.

Nova sugestão de encaminhamento: As questões não estão tão alinhadas como pensávamos. Então, é o caso de registrar os dois documentos na forma em que estão. Caso contrário, não consolidamos. Vale o esforço de todos nós até o dia 7? Concluiu-se que não vale.

Os conceitos estão registrados nas duas propostas. Não vamos conseguir fechar em 10 dias. Então, vai ficar um documento muito desidratado. Assim, registramos todos na plataforma.

A ideia é um balanço dessa gestão do Conselho. Fernando Chucre disse que a preocupação é não enfraquecer as nossas posições, daí a ideia de um documento único. Neto diz que se tivermos dois bons documentos e uma explicação, começariamos a pôr o dedo nas feridas. Acha que devemos tentar fazer as comparações nos dois textos e devolver antes do dia 7. Não é desejável uma ruptura, diz Neto, e enfatizar as divergências em que pese tratar-se de questões não tão pequenas, mas centrais, não traz bons resultados. Propõe que se crie um grupo mínimo de redação.

Deve se apontar o que o trabalho diz. Plínio fala que não devemos forçar a barra. Acabamos pondo por terra as energias, além de desidratar os trabalhos. Essa comissão tem um fundo técnico muito forte. Exemplo: há questões de fundo como a macrozona de requalificação. Não é apenas uma questão semântica. Concordo em manter os dois documentos, mas acompanhados de uma base, de um texto que diz que há dois caminhos. Deveria ser validado pela Comissão bem como as questões essenciais que vão construir esse documento.

Caros (Cioeste) diz que se corre o risco de usar a síntese e descartar o resto.

Carolina pergunta se seria um relatório da CT acompanhando os dois documentos. Quem assina o que a EMPLASA faz é ela e os municípios (G3) o seu. O texto, como uma espécie de relatório será assinado pela CT. Essa é a discussão central de nossa pauta. Os pontos convergentes e os divergentes. Há pontos ainda não discutidos de acordo com o Guia Metodológico.

Neto pergunta quem gostaria de participar da comissão de redação e se oferecem Carlos (Cioeste), Hamilton (Consórcio de Grande ABC), Plínio (PM Guarulhos) e Carolina

(PMSP). Além desses, Neto pede que Zoraide Miranda e Fernanda Costa, ambas da Emplasa, participem do grupo. O grupo se reunirá na próxima quarta-feira, dia 30 de novembro p.f. Feito o relatório, qual o próximo passo?

1. Mostrar os dois textos e o relatório da CT nas audiências?
2. Apresentar o texto de consenso

Todos disseram que a 2ª. Alternativa é a melhor. Hamilton disse que esse grupo está passando o bastão. O Guia Metodológico é o 1º. Bastão. Tudo já está lá e devemos segui-lo. Ficou, portanto, deliberado que se fará o texto com os registros necessários.

2º.Item - SIM - Sistema de Informações Metropolitanas

Adilson (EMPLASA) apresentou rapidamente os pressupostos do SIM, apenas para recapitular. Em seguida, acessou o sistema via internet para melhor demonstrar, usando a senha geral PDUI- PDUI. Há camadas abertas a qualquer usuário na internet. As camadas são separadas, incluindo as do macrozoneamento. Elas, no entanto, não estão abertas para edição, pois não faria sentido. Gradativamente, se abrem períodos de inserção de dados segundo temas pré-definidos. Demonstrou como fazê-lo. Há duas camadas de edição, por enquanto.

Fernando Chucre pergunta ao grupo se há pessoas que estão usando o sistema. Da parte do Estado já há pessoas inserindo dados. Mostrou no sistema, como exemplo, dados do Graprohab.

A senha é pessoal e por usuário cadastrado. Há possibilidade de se "linkar" com câmeras. A ferramenta está evoluindo de um visualizador de dados para ser instrumento de monitoramento. A informação mais recente estará disponível, mas há níveis diferentes de privilégio.

Fernando Chucre diz que conheceu todos os sistemas em funcionamento no Estado e na PMSP e está convencido de que este sistema está mais completo.e pronto para ser usado como o sistema de monitoramento para o PDUI.

Carolina aproveitou o ensejo e convidou a todos para o lançamento de plataforma da Prefeitura que fará monitoramento do PDE do município de São Paulo.

A base de uso do solo é de 2011. Zoneamento é de 2015. Foi discutida a questão da cessão de dados. A EMPLASA tem uma Política de Cessão e dados de terceiros não podem ser liberados. A PMSP está pedindo uma serie de dados, mas apenas o uso do solo foi liberado. Chucre insistiu que os dados da própria Emplasa estão disponíveis.

Carolina comentou que a forma de se classificar dados de terceiros pode fazer a diferença. Ex. Planos Diretores de municípios são dados de terceiros? Há toda uma concepção por trás. Chucre diz que a Emplasa é uma empresa de economia mista, diferente da administração direta e seus ditames não são exatamente os mesmos.